



Número: **0808725-71.2019.8.18.0140**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **10ª Vara Cível da Comarca de Teresina**

Última distribuição : **15/04/2019**

Valor da causa: **R\$ 13.500,00**

Assuntos: **Agência e Distribuição**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
JOSE MAURICIO ALVES DE CARVALHO (AUTOR)		ALESSIA FERNANDA LUSTOSA E SILVA (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. (RÉU)		EDNAN SOARES COUTINHO (ADVOGADO)	
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
7046238	05/11/2019 18:14	Petição	Petição
7046239	05/11/2019 18:14	2598114_JUNTADA_DE_CUSTAS_FINALIS_CUSTA_S_01	Petição
7046240	05/11/2019 18:14	Anexo_01	Documentos
6972250	31/10/2019 12:55	Ato Ordinatório	Ato Ordinatório
6972267	31/10/2019 12:55	BOLETO LÍDER	CUSTAS
6896781	29/10/2019 12:02	ALVARÁ	ALVARÁ
6879502	25/10/2019 08:40	ALVARÁ	ALVARÁ
6613227	06/10/2019 18:10	Petição	Petição
6613228	06/10/2019 18:10	PROCURAÇÃO IGOR N. CALEGARI - Assinado	Procuração
6613225	06/10/2019 18:09	Petição	Petição
6613226	06/10/2019 18:09	PROCURAÇÃO IGOR N. CALEGARI - Assinado	Procuração
6606123	04/10/2019 14:02	Petição	Petição
6606125	04/10/2019 14:02	Petição - Alvará Judicial	Petição

Juntada de custas finais





EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 10ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE TERESINA/PI

Processo: 08087257120198180140

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A, previamente qualificada nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada por seus advogados que esta subscrevem, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **JOSE MAURICIO ALVES DE CARVALHO**, em trâmite perante este Douto Juízo, vem respeitosamente, à presença de V. Exa., **requerer a juntada da inclusa guia de recolhimento de custas finais, bem como diante do cumprimento da obrigação e da satisfação do credor, requer a baixa do processo no cartório distribuidor e o subsequente arquivamento dos autos.**

Por oportuno, em caso de verificado saldo remanescente a ser recolhido, pugna-se pela intimação da demandada, em nome do seu causídico abaixo apontado.

Por derradeiro, requer, ainda a ré que seja observado exclusivamente o nome do advogado EDNAN SOARES COUTINHO, 1841/PI, para efeito de intimações futuras, sob pena de nulidade das mesmas.

Termos em que,

Pede Juntada.

TERESINA, 1 de novembro de 2019.

João Barbosa
OAB/PI 10201

EDNAN SOARES COUTINHO
1841 - OAB/PI





Poder Judiciário do Estado do Piauí
Tribunal de Justiça do Piauí
Fundo de Reaparelhamento e Modernização do Judiciário Piauiense

COMARCA DE TERESINA / CONTADORIA JUDICIAL
Guia de Recolhimento da Justiça (por servidor da justiça)

Justiça Comum
CAUSAS EM GERAL - 1º GRAU

cód.	Descrição do Serviço	qtd.	Selos	Valor (R\$)	
01.12	Causas em geral	1	0	1.484,56	
123	Taxa Judiciária (1% do valor da ação, máximo R\$ 10.000,00)	1	0	135,00	
TOTAL				1.619,56	
Cedente		Agência / Cód. do Cedente	Espécie	Quantidade	Nosso número
FERMOJUPI - PODER JUDICIÁRIO DO PIAUÍ		3791 / 9665-2	R\$	1	30881250001309600-1
Número do documento		Contrato	CPF/CNPJ	Vencimento	Valor documento
45D 513 1308282			10.540.909/0001-96	15/11/2019	1.619,56
(-) Desconto / Abatimento	(-) Outras deduções	(+) Mora / Multa	(+) Outros acréscimos		(=) Valor cobrado
					1.619,56
Sacado					
SEGURADORA LIDER 0808725-71.2019.8.18.0140 CPF/CNPJ: 09.248.608/0001-04					

Autenticação mecânica

Corte na linha pontilhada



001-0

00190.00009 03088.125004 01309.600177 4 80740000161956

Local de pagamento		Vencimento			
Pagável em qualquer banco até o vencimento.		15/11/2019			
Cedente		Agência/Código cedente			
FERMOJUPI - PODER JUDICIÁRIO DO PIAUÍ (CNPJ:10.540.909/0001-96)		3791 / 9665-2			
Data do documento	No documento	Espécie doc.	Accite	Data process.	Nosso número
16/10/2019	45D 513 1308282	DM	N	16/10/2019	30881250001309600-1
Uso do banco	Carteira	Espécie	Quantidade	x Valor	(=) Valor documento
	17	R\$	1	1.619,56	1.619,56
Texto de Responsabilidade do Cedente (APÓS O VENCIMENTO COBRAR 2% DE MULTA + 1% DE JUROS A.M.) TERESINA / CONTADORIA JUDICIAL Emitida por Servidor da Justiça. Valor da Ação: R\$ 13.500,00 , Justiça Comum . 01.12 (R\$ 1.484,56), 123 (R\$ 135,00)					(-) Desconto / Abatimento
					(-) Outras deduções
					(+) Mora / Multa
					(+) Outros Acréscimos
					(=) Valor cobrado
					1.619,56

Sacado
SEGURADORA LIDER 0808725-71.2019.8.18.0140 CPF/CNPJ: 09.248.608/0001-04

Autenticação mecânica/Ficha de Compensação



Scanned by CamScanner



Nº DA PARCELA	DATA DO DEPÓSITO	AGÊNCIA (PREF / DV)	Nº DA CONTA JUDICIAL
	29/10/2019	0	0
DATA DA GUIA	Nº DO PROCESSO		TIPO DE JUSTIÇA
29/10/2019	08087257120198180140		ESTADUAL
UF/COMARCA	ORGÃO/VARA	DEPOSITANTE	VALOR DO DEPÓSITO (R\$)
PI	Vara Cível	RÉU	1619,56
NOME DO RÉU/IMPETRADO		TIPO DE PESSOA	CPF / CNPJ
SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A		Jurídica	092486080000104
NOME DO AUTOR / IMPETRANTE		TIPO DE PESSOA	CPF / CNPJ
JOSE MAURICIO ALVES DE CARVALHO		FÍSICA	06248949328
AUTENTICAÇÃO ELETRÔNICA			
7869A43DA355CB52			
CÓDIGO DE BARRAS			
00190.00009 03088.125004 01309.600177 4 80740000161956			





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ
GABINETE DA 10ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE TERESINA DA COMARCA DE TERESINA
Praça Edgard Nogueira, Cabral, TERESINA - PI - CEP: 64000-830

PROCESSO Nº: 0808725-71.2019.8.18.0140

CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

ASSUNTO(S): [Agência e Distribuição]

AUTOR: JOSE MAURICIO ALVES DE CARVALHO

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

ATO ORDINATÓRIO

(Fundamentação legal: art. 27, § 4º do Provimento Conjunto nº 11/2016)

Intime-se a parte Suplicada para, no prazo de 10 (dez) dias, proceder ao pagamento dos honorários periciais no importe de R\$ 200,00, conforme convenio celebrado entre a Seguradora Lider e este Egregio Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, vez que até a presente data não houve o referido depósito, embora a pericia judicial já tenha se materializado. Fica intimada, também, a parte Ré para, no prazo de 10 (dez) dias, recolher as custas de lei, sob pena de inclusão do débito na Dívida Ativa do Estado. Boleto anexado ao sistema PJE.

TERESINA-PI, 31 de outubro de 2019.

LEONARDO ALAIN ALVES DA CRUZ
Secretaria da 10ª Vara Cível da Comarca de Teresina





Poder Judiciário do Estado do Piauí
Tribunal de Justiça do Piauí

Fundo de Reaparelhamento e Modernização do Judiciário Piauiense

COMARCA DE TERESINA / SECRETARIA DA 10ª VARA CÍVEL
Guia de Recolhimento da Justiça (por servidor da justiça)

Justiça Comum
CAUSAS EM GERAL - 1º GRAU

cód.	Descrição do Serviço	qtd.	Selos	Valor (R\$)	
01.05	Causas em geral	1	0	587,35	
123	Taxa Judiciária (1% do valor da ação, máximo R\$ 10.000,00)	1	0	47,25	
TOTAL				634,60	
Cedente		Agência / Cód. do Cedente	Espécie	Quantidade	Nosso número
FERMOJUPI - PODER JUDICIÁRIO DO PIAUÍ		3791 / 9665-2	R\$	1	30881250001313509-0
Número do documento	Contrato	CPF/CNPJ	Vencimento	Valor documento	
7E4 1DB 1311976		10.540.909/0001-96	02/12/2019	634,60	
(-) Desconto / Abatimento	(-) Outras deduções	(+) Mora / Multa	(+) Outros acréscimos	(=) Valor cobrado	
				634,60	

Sacado
SEGURADORA LÍDER ADMINISTRADORA DE SEGURO DPVAT CPF/CNPJ: 09.248.608/0001-04

Autenticação mecânica

Corte na linha pontilhada



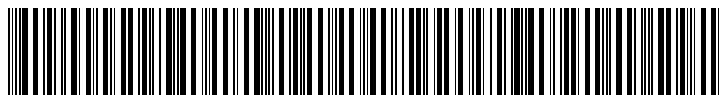
001-0

00190.00009 03088.125004 01313.509174 2 80910000063460

Local de pagamento Pagável em qualquer banco até o vencimento.					Vencimento 02/12/2019
Cedente FERMOJUPI - PODER JUDICIÁRIO DO PIAUÍ (CNPJ:10.540.909/0001-96)					Agência/Código cedente 3791 / 9665-2
Data do documento 31/10/2019	No. documento 7E4 1DB 1311976	Espécie doc. DM	Aceite N	Data process. 31/10/2019	Nosso número 30881250001313509-0
Uso do banco	Carteira 17	Espécie R\$	Quantidade 1	x Valor 634,60	(=) Valor documento 634,60
Texto de Responsabilidade do Cedente (APÓS O VENCIMENTO COBRAR 2% DE MULTA + 1% DE JUROS A.M.) TERESINA / SECRETARIA DA 10ª VARA CÍVEL Emitida por Servidor da Justiça . Valor da Ação: R\$ 4.725,00 , Justiça Comum . 01.05 (R\$ 587,35) , 123 (R\$ 47,25)					(-) Desconto / Abatimento
					(-) Outras deduções
					(+) Mora / Multa
					(+) Outros Acréscimos
					(=) Valor cobrado 634,60

Sacado
SEGURADORA LÍDER ADMINISTRADORA DE SEGURO DPVAT CPF/CNPJ: 09.248.608/0001-04

Autenticação mecânica/Ficha de Compensação







PROCESSO Nº: 0808725-71.2019.8.18.0140

CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

ASSUNTO(S): [Agência e Distribuição]

AUTOR: JOSE MAURICIO ALVES DE CARVALHO

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

ALVARÁ JUDICIAL Nº269/2019

O Doutor EDSON ALVES DA SILVA, MM. Juiz de Direito da 10ª Vara Cível da Comarca de Teresina, Estado do Piauí, no uso de suas atribuições legais, etc.

Pelo presente ALVARÁ JUDICIAL, confeccionado nos termos do Provimento Nº 07/2015, datado de 13 de abril de 2015, expedido pela Douta Corregedoria Geral de Justiça do Estado Piauí, estando devidamente assinado, atendendo ao que foi determinado em sede de sentença judicial, datada de 27 de agosto de 2019, prolatada nos autos do processo em epígrafe, concede a necessária autorização para a Senhora, ALESSIA FERNANDA LUSTOSA E SILVA-OAB-PI Nº6382, levantar junto ao Banco do Brasil, Agência 3791, Conta Judicial ID Nº1300126771462, Comarca de Teresina-PI, a importância de **R\$1.000,00 (Um mil Reais)**, mais os devidos acréscimos legais consistentes na remuneração própria da natureza do depósito judicial, proporcionais ao valor levantado, depositada judicialmente pela Lider de Consórcios do Seguro DPVAT S/A. Segue cópia do r. sentença Judicial, determinando a expedição do presente alvará. Cumpra-se com observância das formalidades legais. Dado e passado nesta cidade e Comarca de Teresina-PI, Estado do Piauí, aos 25 dias do mês de outubro de 2019. Eu, (Bel. João de Sousa Barroso Primo Filho), Secretário da 10ª Vara Cível, o digitei e subscrevi.

Edson Alves

Juiz de Direito da 10ª Vara Cível





PROCESSO Nº: 0808725-71.2019.8.18.0140

CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

ASSUNTO(S): [Agência e Distribuição]

AUTOR: JOSE MAURICIO ALVES DE CARVALHO

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

ALVARÁ JUDICIAL Nº 268/2019

O Doutor EDSON ALVES DA SILVA, MM. Juiz de Direito da 10ª Vara Cível da Comarca de Teresina, Estado do Piauí, no uso de suas atribuições legais, etc.

Pelo presente ALVARÁ JUDICIAL, confeccionado nos termos do Provimento Nº 07/2015, datado de 13 de abril de 2015, expedido pela Douta Corregedoria Geral de Justiça do Estado Piauí, estando devidamente assinado, atendendo ao que foi determinado em sede de sentença judicial, datada de 27 de agosto de 2019, prolatada nos autos do processo em epígrafe, concede a necessária autorização para o Senhor JOSÉ MAURÍCIO ALVES DE CARVALHO, brasileiro, solteiro, portador do RG nº 3.064.471 SSP-PI, inscrito sob o CPF nº 062.489.493-28, residente e domiciliado na RUA CHUI 2270 3002, PLANALTO ININGA, TERESINA – PIAUÍ, CEP 64.000- 000 ; isoladamente ou acompanhado de sua bastante procuradora, ALESSIA FERNANDA LUSTOSA E SILVA-OAB-PI Nº 6382, levantar junto ao Banco do Brasil, Agência 3791, Conta Judicial ID Nº 1300126771462, Comarca de Teresina-PI, a importância de **R\$5.432,65(cinco mil quatrocentos e trinta e dois reais sessenta e cinco centavos)**, mais os devidos acréscimos legais consistentes na remuneração própria da natureza do depósito judicial, proporcionais ao valor levantado, depositada judicialmente pela Líder de Consórcios do Seguro DPVAT S/A. Segue cópia do r. sentença Judicial, determinando a expedição do presente alvará. Cumpra-se com observância das formalidades legais. Dado e passado nesta cidade e Comarca de Teresina-PI, Estado do Piauí, aos 24 dias do mês de outubro de 2019. Eu, (Bel. João de Sousa Barroso Primo Filho), Secretário da 10ª Vara Cível, o digitei e subscrevi.

Edson Alves

Juiz de Direito da 10ª Vara Cível





**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 10ª VARA CÍVEL DA
COMARCA DE TERESINA PIAUÍ**

Nº DO PROCESSO: 0081043-24.2019.8.18.0140

IGOR NORONHA PEREIRA CALEGARI, brasileiro, casado, perito médico legal com inscrição nº PC/PI 280.574-0, registrado no Conselho Regional de Medicina no CRM-PI sob o nº 4871, com CPF sob o nº 020.201.583-10, residente e domiciliado na Rua Farmacêutico João Carvalho nº 4344 – Santa Isabel, em Teresina/PI, CEP 64053-150, com endereço eletrônico dr.igorcalegari@hotmail.com, onde recebe as intimações pessoais, perito médico legista nomeado deste douto juízo, com fulcro na Lei 13.105 de 16 de Março de 2015, nosso código civil brasileiro, vem, respeitosamente, por seu procurador a este subscreve requer-se,

CHAMAR O FEITO Á ORDEM



pelo que vem respeitosamente à presença V. Exma, nos autos do processo em epígrafe, pelas razões de fato e de direito a seguir aduzidas.

I – DOS FATOS

Excelência, o perito médico legista nomeado deste douto juízo, realizou a perícia médica do senhor **JOSE MAURICIO ALVES DE CARVALHO**, autor desta presente demanda judicial, com maestria e excelência, com fulcro na Lei 13.105 de 16 de Março de 2015, nosso código civil brasileiro, em acatamento de todo o rito processualista.

II – DO DIREITO

Este juízo requisitou os serviços do perito médico legal, nomeado deste, ao qual aceitou e realizou os seus serviços de acordo com a Lei 13.105 de 16 de Março de 2015.

Vejamos:

Art. 156. O juiz será assistido por perito quando a prova do fato depender de conhecimento técnico ou científico.

Conforme diz o próprio Código Civil brasileiro, o perito deste douto juízo é indispensável para a conclusão da presente demanda.

Ainda, consonância Lei 13.105 de 16 de Março de 2015, conforme posto:

Art. 95. Cada parte adiantará a remuneração do assistente técnico que houver indicado, sendo a do perito adiantada pela parte que houver requerido a perícia ou rateada quando a perícia for determinada de ofício ou requerida por ambas as partes.



§ 1º O juiz poderá determinar que a parte responsável pelo pagamento dos honorários do perito deposite em juízo o valor correspondente.

§ 2º A quantia recolhida em depósito bancário à ordem do juízo será corrigida monetariamente e paga de acordo com o [art. 465, § 4º](#).

I - custeada com recursos alocados no orçamento do ente público e realizada por servidor do Poder Judiciário ou por órgão público conveniado;

O perito deste douto juízo, realizou com maestria e excelência a perícia médica e nunca sequer recebeu o pagamento de seus honorários periciais sobre seus serviços, nem 50% antes da realização da perícia, muito mesmo após finalizado os procedimentos.

Diante dos fatos, o perito vem por meio de seu procurador, a fim de que seja feito o alvará para liberação dos seus honorários periciais da perícia já realizada.

III – DOS PEDIDOS

Em face do exposto, respeitosamente, requer-se:

- A) Que seja liberado os honorários periciais no valor de R\$200,00(Duzentos Reais) corrigidos já depositados neste douto Juízo tendo em vista que a perícia já fora realizada.**
- B) Que seja este perito informado sobre o resultado da sentença para seu endereço eletrônico dr.igorcalegari@hotmail.com; advisaelcalegari@gmail.com telefone (86) 99954-5514;**

Termos em que
Pede e espera deferimento.

Teresina/PI, 6 de outubro de 2019



Isael Noronha Pereira

OAB/PI n° 16.953



PROCURAÇÃO "AD JUDÍCIA – ET EXTRA"

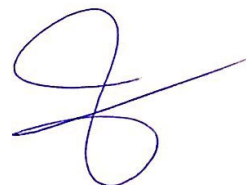
OUTORGANTE:

NOME: IGOR NORONHA PEREIRA CALEGARI
NACIONALIDADE: Brasileiro
ESTADO CIVIL: Casado
ENDEREÇO: Av. dos Holandeses nº 11, Farol da Ilha, Torre 6, Apt 142
CIDADE: São Luís - Maranhão
PROFISSÃO: Médico e Perito Médico Legista
RG: 2.696.373 SSP-PI
CPF: 020.201.583-10

OUTORGADOS:

Dr. Isael Noronha Pereira, brasileiro, solteiro, advogado inscrito na OAB/PI nº 16.953, com escritório profissional no Edifício Mário Vítório, Sala 18, Rua Alcides de Freitas, nº 3175, bairro Porenquanto, telefone (86)99954-5514 – Dr. Isael, Teresina/Piauí - CEP: 64003-080, onde recebem informações e notificações - Endereço eletrônico: advisaelcalegari@gmail.com;

PODERES: Pelo presente instrumento particular de procuração, o outorgante nomeia e constitui seu bastante procurador o advogado acima descrito, para o fim de agir judicialmente e extrajudicialmente, na forma prevista no art. 105 do CPC/2015, promovendo quaisquer medidas judiciais ou administrativas necessárias à garantia dos direitos e interesses do outorgante, propondo em favor do mesmo as ações que julgar convenientes, perante qualquer juízo, instância ou tribunal (Estadual ou Federal) e defendê-lo nas contrárias, seguindo umas e outras, até a final decisão, usando os recursos legais e acompanhando-os, assim como, requerer providências administrativas em Órgãos Públicos, Autarquias, inclusive junto ao INSS, Empresas de Economia Mistas ou Privadas, todas as ações judiciais ou extrajudiciais, defendê-lo nas que porventura por ele lhe sejam propostas, para o que lhe confere os poderes da cláusula "Ad judícia" para praticar, enfim, todos os atos necessários ao bom e fiel cumprimento do presente mandato.




Scanned with CamScanner



PODERES ESPECÍFICOS: A presente procuração outorga, ainda, os poderes especiais para confessar, reconhecer a procedência do pedido, transigir, desistir, renunciar ao direito sobre o qual se funda a ação, receber, dar quitação, firmar compromisso, receber bens, coisas ou importâncias objeto da lide e lhes dar quitacoes, pedir a justiça gratuita e assinar declaração de hipossuficiência econômica, bem como substabelecer com ou sem reserva de poderes. (Em conformidade com a norma do art. 105 do CPC/2015).

Teresina-Piauí, 27 de Julho de 2019.



OUTORGANTE



**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 10ª VARA CÍVEL DA
COMARCA DE TERESINA PIAUÍ**

Nº DO PROCESSO: 0808725-71.2019.8.18.0140

IGOR NORONHA PEREIRA CALEGARI, brasileiro, casado, perito médico legal com inscrição nº PC/PI 280.574-0, registrado no Conselho Regional de Medicina no CRM-PI sob o nº 4871, com CPF sob o nº 020.201.583-10, residente e domiciliado na Rua Farmacêutico João Carvalho nº 4344 – Santa Isabel, em Teresina/PI, CEP 64053-150, com endereço eletrônico dr.igorcalegari@hotmail.com, onde recebe as intimações pessoais, perito médico legista nomeado deste douto juízo, com fulcro na Lei 13.105 de 16 de Março de 2015, nosso código civil brasileiro, vem, respeitosamente, por seu procurador a este subscreve requer-se,

CHAMAR O FEITO Á ORDEM



pelo que vem respeitosamente à presença V. Exma, nos autos do processo em epígrafe, pelas razões de fato e de direito a seguir aduzidas.

I – DOS FATOS

Excelência, o perito médico legista nomeado deste douto juízo, realizou a perícia médica do senhor **JOSE MAURICIO ALVES DE CARVALHO**, autor desta presente demanda judicial, com maestria e excelência, com fulcro na Lei 13.105 de 16 de Março de 2015, nosso código civil brasileiro, em acatamento de todo o rito processualista.

II – DO DIREITO

Este juízo requisitou os serviços do perito médico legal, nomeado deste, ao qual aceitou e realizou os seus serviços de acordo com a Lei 13.105 de 16 de Março de 2015.

Vejamos:

Art. 156. O juiz será assistido por perito quando a prova do fato depender de conhecimento técnico ou científico.

Conforme diz o próprio Código Civil brasileiro, o perito deste douto juízo é indispensável para a conclusão da presente demanda.

Ainda, consonância Lei 13.105 de 16 de Março de 2015, conforme posto:

Art. 95. Cada parte adiantará a remuneração do assistente técnico que houver indicado, sendo a do perito adiantada pela parte que houver requerido a perícia ou rateada quando a perícia for determinada de ofício ou requerida por ambas as partes.



§ 1º O juiz poderá determinar que a parte responsável pelo pagamento dos honorários do perito deposite em juízo o valor correspondente.

§ 2º A quantia recolhida em depósito bancário à ordem do juízo será corrigida monetariamente e paga de acordo com o [art. 465, § 4º](#).

I - custeada com recursos alocados no orçamento do ente público e realizada por servidor do Poder Judiciário ou por órgão público conveniado;

O perito deste douto juízo, realizou com maestria e excelência a perícia médica e nunca sequer recebeu o pagamento de seus honorários periciais sobre seus serviços, nem 50% antes da realização da perícia, muito mesmo após finalizado os procedimentos.

Diante dos fatos, o perito vem por meio de seu procurador, a fim de que seja feito o alvará para liberação dos seus honorários periciais da perícia já realizada.

III – DOS PEDIDOS

Em face do exposto, respeitosamente, requer-se:

- A) Que seja liberado os honorários periciais no valor de R\$200,00(Duzentos Reais) corrigidos já depositados neste douto Juízo tendo em vista que a perícia já fora realizada.**
- B) Que seja este perito informado sobre o resultado da sentença para seu endereço eletrônico dr.igorcalegari@hotmail.com; advisaelcalegari@gmail.com telefone (86) 99954-5514;**

Termos em que
Pede e espera deferimento.

Teresina/PI, 6 de outubro de 2019



Isael Noronha Pereira

OAB/PI n° 16.953



PROCURAÇÃO "AD JUDÍCIA – ET EXTRA"

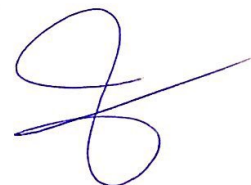
OUTORGANTE:

NOME: IGOR NORONHA PEREIRA CALEGARI
NACIONALIDADE: Brasileiro
ESTADO CIVIL: Casado
ENDEREÇO: Av. dos Holandeses nº 11, Farol da Ilha, Torre 6, Apt 142
CIDADE: São Luís - Maranhão
PROFISSÃO: Médico e Perito Médico Legista
RG: 2.696.373 SSP-PI
CPF: 020.201.583-10

OUTORGADOS:

Dr. Isael Noronha Pereira, brasileiro, solteiro, advogado inscrito na OAB/PI nº 16.953, com escritório profissional no Edifício Mário Vítório, Sala 18, Rua Alcides de Freitas, nº 3175, bairro Porenquanto, telefone (86)99954-5514 – Dr. Isael, Teresina/Piauí - CEP: 64003-080, onde recebem informações e notificações - Endereço eletrônico: advisaelcalegari@gmail.com;

PODERES: Pelo presente instrumento particular de procuração, o outorgante nomeia e constitui seu bastante procurador o advogado acima descrito, para o fim de agir judicialmente e extrajudicialmente, na forma prevista no art. 105 do CPC/2015, promovendo quaisquer medidas judiciais ou administrativas necessárias à garantia dos direitos e interesses do outorgante, propondo em favor do mesmo as ações que julgar convenientes, perante qualquer juízo, instância ou tribunal (Estadual ou Federal) e defendê-lo nas contrárias, seguindo umas e outras, até a final decisão, usando os recursos legais e acompanhando-os, assim como, requerer providências administrativas em Órgãos Públicos, Autarquias, inclusive junto ao INSS, Empresas de Economia Mistas ou Privadas, todas as ações judiciais ou extrajudiciais, defendê-lo nas que porventura por ele lhe sejam propostas, para o que lhe confere os poderes da cláusula "Ad judícia" para praticar, enfim, todos os atos necessários ao bom e fiel cumprimento do presente mandato.




Scanned with CamScanner



PODERES ESPECÍFICOS: A presente procuração outorga, ainda, os poderes especiais para confessar, reconhecer a procedência do pedido, transigir, desistir, renunciar ao direito sobre o qual se funda a ação, receber, dar quitação, firmar compromisso, receber bens, coisas ou importâncias objeto da lide e lhes dar quitacoes, pedir a justiça gratuita e assinar declaração de hipossuficiência econômica, bem como substabelecer com ou sem reserva de poderes.(Em conformidade com a norma do art. 105 do CPC/2015).

Teresina-Piauí, 27 de Julho de 2019.



OUTORGANTE



Segue em anexo petição



**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 10ª VARA
CÍVEL DA COMARCA DE TERESINA, PIAUÍ**

PROCESSO Nº 08087257120198180140

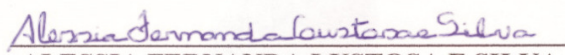
JOSÉ MAURÍCIO ALVES DE CARVALHO, já qualificado, nos autos *Ação de Cobrança de Seguro DPVAT* que move em desfavor da **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**, vem, muito respeitosamente, a presença de Vossa Excelência, através de sua advogada e bastante procuradora, tendo em vista que a Requerida, devidamente intimada, realizou voluntariamente o pagamento, comunicou nos autos e pediu a extinção do feito (ID 6527035), REQUERER que seja expedido **ALVARÁ JUDICIAL** para que seja efetuado o devido levantamento da quantia depositado judicialmente, a título de condenação e honorários sucumbenciais.

Para tanto, em concordância com o depósito, requer que sejam expedidos alvarás distintos em nome do Requerente e desta patrona. Sendo no valor de **R\$ 5.432,65 (cinco mil quatrocentos e trinta e dois reais sessenta e cinco centavos)**, em nome do Requerente, **JOSÉ MAURÍCIO ALVES DE CARVALHO** (CPF Nº 062.489.493-28) a título de condenação, e na importância de **R\$ 1.000,00 (mil reais)**, em nome da advogada **ALESSIA FERNANDA LUSTOSA E SILVA** (OAB/PI 6382), a título de honorários sucumbenciais.

Por todo o exposto, pugna-se pelo acolhimento do presente pedido e a consequente liberação dos alvarás, por ser medida de justiça!

Nestes Termos,
Pede e Espera Deferimento.

Teresina, 04 de outubro de 2019


ALESSIA FERNANDA LUSTOSA E SILVA
OAB/PI 6382

